

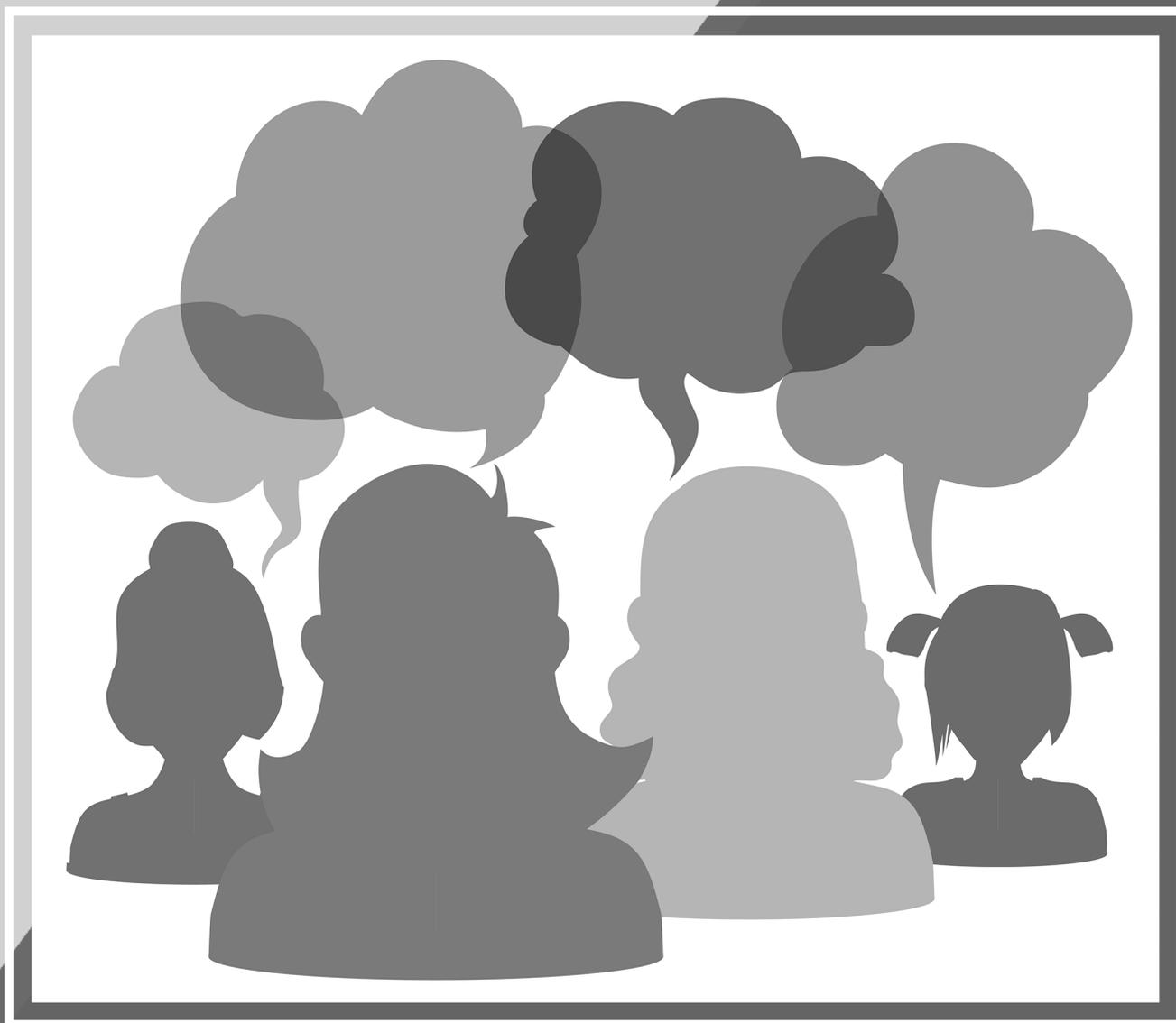
# História: Espaço Fecundo para Diálogos 3



Antonio Gasparetto Júnior  
Ana Paula Dutra Bôscaro  
(Organizadores)

# História:

## Espaço Fecundo para Diálogos 3



Antonio Gasparetto Júnior  
Ana Paula Dutra Bôscarro  
(Organizadores)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Geraldo Alves

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá  
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

H673 História [recurso eletrônico] : espaço fecundo para diálogos 3 / Organizadores Antonio Gasparetto Júnior, Ana Paula Dutra Bôscaro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81740-02-3

DOI 10.22533/at.ed.023201102

1. História – Filosofia. 2. História - Historiografia. 3. Historiadores.  
I. Gasparetto Júnior, Antonio. II. Bôscaro, Ana Paula Dutra.

CDD 907.2

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O livro *História: espaço fecundo para diálogos* oportuniza a discussão científica ao entorno da história do Brasil por intermédio de trabalhos diversos que compõem seus capítulos. Fruto de pesquisas recentes, seu principal objetivo consiste em divulgar novas perspectivas acerca de diferentes momentos históricos que marcaram a formação e o desenvolvimento da história do nosso país.

O período cronológico coberto no livro abrange praticamente toda a história do Brasil, desde o período colonial até finais do século XX. Os autores aqui reunidos apresentam trajetórias acadêmicas e perspectivas analíticas distintas, configurando, como o próprio título da obra sugere, um espaço fecundo para diálogos. Seus textos, entretanto, têm em comum a característica de serem resultados de pesquisas históricas originais, pautados em fontes documentais inéditas e/ou pouco exploradas.

Temas diversos e interessantes são, deste modo, discutidos em seus mais variados aspectos, políticos, econômicos, sociais e culturais. Os fatos históricos explorados, a despeito das diferenças temporais que os cercam, dialogam e se completam. Daí a importância de um livro composto por obras que versam sobre diferentes contextos, cujos construtores dos períodos abordados foram também dispare: grupos indígenas, comerciantes, mulheres, políticos, militares, etc.

Na primeira parte da obra estão reunidas análises históricas que dissertam sobre o período colonial e imperial brasileiros. Na segunda parte, trabalhos que abordam da Primeira República a acontecimentos iniciais que marcaram o século XX. Na terceira e última parte do livro reunimos diferentes análises históricas referentes aos novecentos, trabalhos que aludem desde o período ditatorial aos novos métodos da História Oral.

Em síntese, a obra apresenta o estudo da sociedade brasileira através de múltiplas perspectivas, o que nos leva a constatar que a História se faz, cada vez mais, através de um exercício democrático e de cidadania, constituindo-se como palco profícuo para novos debates e aprendizado. A todos, o desejo de uma excelente leitura!

Ana Paula Dutra Bôscaro  
Antonio Gasparetto Júnior

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO ESCRAVISMO INDÍGENA PAULISTA NA DEFINIÇÃO DO SISTEMA DA ADMINISTRAÇÃO. (SÉCULO XVII)	
<a href="#">Antonio Martins Ramos</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0232011021</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
PIRATAS E CORSÁRIOS NO BRASIL: O CASO DE 14 DE FEVEREIRO DE 1630	
<a href="#">Valéria Silva Melo de Souza</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0232011022</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>31</b>
CACAU, CRAVO E AS “DROGAS DO SERTÃO”: O GOVERNADOR FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO E A CRIAÇÃO DA COMPANHIA GERAL DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO	
<a href="#">Frederik Luiz de Andrade de Matos</a> <a href="#">Osimar da Silva Barros</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0232011023</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>46</b>
ESCRITAS DE SI: A ARTE DA EXISTÊNCIA GRAFADA EM AUTOBIOGRAFIAS, DIÁRIOS PESSOAIS E RELATOS DE VIAGENS FEMININOS	
<a href="#">Maria Ester de Siqueira Rosin Sartori</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0232011024</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>60</b>
CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA: PERCALÇOS E TENSÕES NA INSTALAÇÃO DE NOVAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS NA PROVÍNCIA DA BAHIA (1828-1830)	
<a href="#">Nora de Cassia Gomes de Oliveira</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0232011025</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>71</b>
“SUCCINTAS OBSERVAÇÕES SOBRE O ESTADO DESTA PARTE DO VASTO IMPÉRIO DO BRASIL”: A PROVÍNCIA DO AMAZONAS SEGUNDO TENREIRO ARANHA, 1852	
<a href="#">Paulo de Oliveira Nascimento</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0232011026</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>84</b>
A GUERRA DO PARAGUAI NO PIAUÍ: A BATALHA PELAS VONTADES ENTRE POLÍTICOS E JORNAIS	
<a href="#">Elton Larry Valerio</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0232011027</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>99</b>
A SOCIEDADE AGRÍCOLA PARAENSE E OS OFÍCIOS DE CONSELHEIRA PROVINCIAL E PROPAGADORA DA CIÊNCIA AGRONÔMICA NO SÉCULO XIX	
<a href="#">Francivaldo Alves Nunes</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0232011028</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>114</b>
ENGENHARIA E POLÍTICA: OS DEBATES FERROVIÁRIOS NO CLUBE DE ENGENHARIA E A ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DO RIO DE JANEIRO (1880 - 1900)	
<a href="#">Fernanda Barbosa dos Reis Rodrigues</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0232011029</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>127</b>
A MÚSICA NOS NAVIOS E QUARTÉIS DA ARMADA BRASILEIRA ENTRE AS DÉCADAS DE 1850 E 1900	
<a href="#">Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>138</b>
JORNAL CORREIO DE SÃO FÉLIX: ENTRE FATOS E NARRATIVAS DE UMA CIDADE	
<a href="#">José Alberto Nascimento de Jesus</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>148</b>
“PEQUENOS EXÉRCITOS ESTADUAIS” NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O CASO DA FORÇA PÚBLICA DE PERNAMBUCO NA HISTORIOGRAFIA	
<a href="#">Sandoval José dos Santos</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>161</b>
CUIDANDO DO “FUTURO DO BRASIL”: O ATENDIMENTO MATERNO-INFANTIL NOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PÚBLICA NO PIAUÍ (1889-1929)	
<a href="#">Joseanne Zingleara Soares Marinho</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>174</b>
O ESTADO DE EXCEÇÃO COMO REGRA NO GOVERNO DE ARTHUR BERNARDES (1922-1926)	
<a href="#">Antonio Gasparetto Júnior</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110214</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>185</b>
A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JOSÉ FRAGELLI (1947-1987)	
<a href="#">Vinicius de Carvalho Araújo</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110215</b>	

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>195</b>
OS CRONISTAS E SUA MUSA: RESSIGNIFICAÇÕES DO RIO DE JANEIRO DIANTE DA MUDANÇA DA CAPITAL	
Larissa Leal Neves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>210</b>
A JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA E OS GRUPOS REVOLUCIONÁRIOS EM VOLTA REDONDA (1962 -1971)	
Márcio Goulart Coutinho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>224</b>
A MAÇONARIA E A DITADURA CIVIL-MILITAR ENTRE O NACIONAL E O LOCAL: MEMÓRIAS MAÇÔNICAS EM TEMPOS DE CHUMBO	
Helton Anderson Xavier de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>238</b>
REGADIO NOS TEMPOS DE DITADURA: RELAÇÕES ENTRE ESTADO, CAPITAL NACIONAL E INTERNACIONAL (1964-1971)	
Mário Martins Viana Júnior	
Alfredo Ricardo da Silva Lopes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110219</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>252</b>
ON DIRAIT JEQUIÉ: ESTRATÉGIAS NACIONAIS E REGIONAIS EM PAULO EMÍLIO SALLES GOMES	
Victor Santos Vigneron de La Jousselandière	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110220</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>267</b>
MULHERES E DITADURA: A TRAJETÓRIA DE ISABEL TAVARES DA CUNHA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A DEMOCRACIA, FEMINISMO E OS DIREITOS HUMANOS NO PARÁ	
Rosinda da Silva Miranda	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110221</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>281</b>
XIFÓPAGAS - CORPO DE MULHER, CABEÇAS DE DITADURAS: GÊNERO E EROTISMO NOS CINEMAS BRASILEIRO E ARGENTINO (ANOS 70)	
Katharine Nataly Trajano Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110222</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>295</b>
MOVIMENTO “TERRAS DE NINGUÉM”: CONFLITOS E A LUTA PELA POSSE DE TERRA URBANA - CASA AMARELA, RECIFE – PE	
Sebastião Alves da Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110223</b>	

<b>CAPÍTULO 24 .....</b>	<b>308</b>
<b>A MEMÓRIA SOCIAL DOS MORADORES DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA-RJ E SUAS ÁGUAS MEDICINAIS</b>	
<i>Mariana Arruda Muniz</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.02320110224</b>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES.....</b>	<b>325</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO .....</b>	<b>326</b>

## “SUCCINTAS OBSERVAÇÕES SOBRE O ESTADO DESTA PARTE DO VASTO IMPERIO DO BRAZIL”: A PROVÍNCIA DO AMAZONAS SEGUNDO TENREIRO ARANHA, 1852

*Data de aceite: 28/01/2020*

*Data da submissão: 04/11/2019*

### **Paulo de Oliveira Nascimento**

Doutorando em História – PPGH/UFPE. Professor  
EBTT - IFAM/*Campus* Eirunepé  
Eirunepé – AM  
<http://lattes.cnpq.br/5720247208490048>

**RESUMO:** Criada pela Lei 582, de 5 de setembro de 1850, a Província do Amazonas teve o seu governo instalado apenas em janeiro de 1852, com a nomeação de João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha como presidente. Colocava-se finalmente em prática a proposta de criação de uma nova província que abrangia o território da Comarca do Rio Negro, submetido à Província do Pará. Com a nova divisão territorial, instalar-se-ia o governo provincial e as demais instituições componentes, o que permitiria uma efetivação do projeto geopolítico imperial para a região amazônica, uma vez que seriam impulsionadas a ocupação, a exploração e o povoamento das terras amazônicas. Tendo administrado a província entre janeiro e abril daquele ano, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha procede à compilação do habitual Relatório de Presidente de Província, no qual estão contidas importantes informações acerca de sua

administração provincial. Objetivamos, neste texto, apresentar uma análise das percepções e projeções de Tenreiro Aranha – enquanto representante da elite política imperial – para a Província do Amazonas, através da análise do seu relatório presidencial. Nestes termos, problematizamos o papel da elite política na construção da província, bem como os seus interesses, manifestados através de alguns dos pontos destacados no documento, seja aquilo que estava sendo executado, seja aquilo que se buscava executar, o que acabava por transformar o Relatório numa espécie de projeção para o futuro provincial. Percebemos – a partir de determinados tópicos e temas – o desejo de integração da Província do Amazonas no projeto de desenvolvimento nacional, como através da “civilização” dos indígenas, do desenvolvimento da agricultura, da colonização, da imigração, da instrução pública, da navegação fluvial, para fins de ocupação, povoamento e desenvolvimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** elites políticas; administração provincial; Província do Amazonas.

“FURTHER OBSERVATIONS ABOUT THE STATE OF THIS PART OF THE VAST EMPIRE OF BRAZIL”: THE PROVINCE OF AMAZONAS ACCORDING TO TENREIRO ARANHA, 1852

**ABSTRACT:** Created by Law 582 of September 5, 1850, the Province of Amazonas had its government installed only in January 1852, with the appointment of João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha as president. Finally, the proposal was created for the creation of a new province covering the territory of the Rio Negro County, submitted to the Province of Pará. With the new territorial division, the provincial government and the other component institutions would be established, this would allow the imperial geopolitical project to be implemented for the Amazon region, since the occupation, exploitation and settlement of the Amazonian lands would be promoted. Having administered the province between January and April of that year, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha compiles the usual Report of the President of the Province, which contains important information about his provincial administration. This paper aims to present an analysis of the perceptions and projections of Tenreiro Aranha - as representative of the imperial political elite - for the Amazon Province, through the analysis of his presidential report. In these terms, we questioned the role of the political elite in the construction of the province, as well as their interests, manifested through some of the points highlighted in the document, either what was being done, or what it was intended to execute, which eventually transformed the province. Report in a kind of projection for the future provincial. We perceive - from certain topics and themes - the intention to integrate the Province of Amazonas to the national development project, like through the “civilization” of the indigenous, the development of agriculture, colonization, immigration, public education, inland navigation, for the purposes of occupation, settlement and development.

**KEYWORDS:** political elites; provincial administration; Province of Amazonas.

## 1 | CONSIDERAÇÕES INICIAIS

João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha foi nomeado o primeiro Presidente da Província do Amazonas, quando da sua instalação em 1852, tendo sido o responsável por criar as condições materiais para as tarefas administrativas que o governo provincial exigia. Ficou no governo menos de seis meses, uma vez que precisou “tomar assento” na câmara dos deputados, no Rio de Janeiro, representando a Província do Pará e deixando a Província do Amazonas nas mãos do seu vice-presidente (SANTOS, 2016, p. 40). Todavia, antes de tratarmos do seu relatório, nos parece válido discorrermos acerca do contexto sócio-político no qual Tenreiro Aranha esteve inserido, uma vez que poderemos melhor compreender as relações entre a sua atuação política e o meio social no qual o aquele personagem atuou.

Sendo um político paraense bastante influente na Corte (SANTOS, 2016, p. 34) e tendo “raízes de uma família amazonense de Barcelos” (BRAGA, 2016, p. 39), Tenreiro Aranha era conhecedor da região e certamente enxergara a possibilidade de ascensão política ao defender importantes pautas regionais, a exemplo da navegação fluvial, bem como a criação da Província do Amazonas. Tanto que se

tornou relator de projeto de lei discutido na Assembleia Provincial do Pará em 1828 e em 1837, cujo objetivo principal era regular a exploração da navegação a vapor nos rios da Amazônia.

Tendo sido nomeado Presidente da Província do Amazonas pela Carta Imperial datada de 7 de junho de 1851, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha subiu o Rio Amazonas em direção à então cidade da Barra do Rio Negro, onde instalaria a máquina administrativa e daria início a um governo de menos de seis meses, conforme mencionamos anteriormente. Seus principais atos de governo foram justamente aqueles necessários ao funcionamento da administração provincial, tais quais a nomeação de funcionários, o aluguel de prédios, a instituição de determinados serviços, etc.

Meses depois, Tenreiro Aranha deixava o seu posto e se dirigia à Corte, para atuar como deputado provincial do Pará. Antes disto, porém, compilara o seu Relatório de Presidente de Província, a fim de informa ao seu Vice-Presidente Manoel Gomes Correia de Miranda e ao próprio imperador sobre a jovem província. Nas suas palavras, destacam-se a natureza exuberante e as potencialidades da região, num esforço expositivo que busca convencer e direcionar as políticas públicas da Coroa para o povoamento e a exploração produtiva das terras naquela província mais ao Norte.

## **2 | A PROVÍNCIA SEGUNDO TENREIRO ARANHA: TÓPICOS E TEMAS**

Os relatórios de presidentes de província têm se tornada, cada vez mais, importantes fontes para o estudo do período imperial. Produzidos pela autoridade máxima do executivo provincial ao final de seu mandato, estes documentos objetivavam informar ao governo imperial sobre a situação das províncias e, no conjunto, do próprio país. No conjunto de documentos produzidos pelos presidentes da Província do Amazonas, entre 1852 e 1889, encontram-se – além dos relatórios - auto de instalação, falas presidenciais aos membros da Assembleia Provincial, exposições dirigidas à Assembleia, ofícios e mensagens.

Para este trabalho, nos debruçamos sobre o primeiro dos relatórios produzidos sobre a Província do Amazonas, deixado por João Bapstista de Figueiredo Tenreiro Aranha ao seu vice-presidente, Manoel Gomes Correia de Miranda, um documento que contém em suas 121 páginas o relato, tabelas, gráficos e mapas, além de outros importantes documentos anexos. É sobre este documento que lançamos o nosso olhar, buscando compreender como Tenreiro Aranha compreende a realidade provincial e como aborda determinadas questões em seu relatório.

### 3 | A “CIVILIZAÇÃO” DOS INDÍGENAS

O tratamento dispensado por Tenreiro Aranha aos indígenas está associado à questão do trabalho e da promoção da “civilização” naqueles “Sertões”. Para este tópico, as atenções se voltam para as possibilidades que a catequização indígena poderia trazer para o desenvolvimento provincial, uma vez que tal ação poderia suprir a flagrante necessidade de mão de obra.

João Baptista Tenreiro Aranha introduz a temática citando trecho contido no documento de Fausto Augusto Aguiar, no qual este chama a atenção para a necessidade de se prover melhores condições para o serviço missionário, que deveria educar os indígenas para o trabalho e, desta forma, melhor explorar os ricos recursos naturais disponíveis (AGUIAR *apud* ARANHA, 1852, p. 17). Em seguida, Tenreiro Aranha tece as suas observações acerca das dificuldades da atuação missionária na Província, destacando o seguinte:

(...) e se porventura conseguir mais tres Missionarios e ao menos treze contos de réis, consignados para a manutenção dellas [as missões] em um anno (...) pela maneira que as vou estabellendo, e mandando dirigir, presumo que os resultados, nos seguintes annos, serão bastantes para que ellas por si mesmas possam ser mantidas, e contribuir com braços para os serviços, e com produtos para as rendas do Estado chegarem ao triplo ou mais daquillo que lhes consignar; e sobre tudo se conseguirá a civilisação de tantos milhares de íncolas desvalidos que podem vir a formar uma população correspondente á vastidão desta Província, *e a mais própria para a cultura de suas terras productivas*, e para a extracção de tudo quanto e tão precioso tem em seu seio o maior dos rios do universo [grifo nosso] (ARANHA, 1852, p. 23).

Como podemos observar, Tenreiro Aranha demonstra a sua preocupação com a necessidade de mão-de-obra para ser empregada na agricultura, indo ao encontro das preocupações das autoridades imperiais naquele momento, quando se buscavam alternativas para a substituição do trabalho escravo nas regiões onde esta forma de trabalho prevalecia. Apesar de o debate sobre a disponibilidade da mão-de-obra escrava não ser o caso específico da Província do Amazonas, ponderamos o fato de que havia também aí uma escassez de trabalhadores para a agricultura, o que levaria Tenreiro Aranha a depositar suas esperanças na educação para o trabalho, a ser realizada pelos missionários católicos junto às populações indígenas que habitavam a província.

Neste sentido, entendemos a ênfase na ação missionária como parte das políticas de desenvolvimento da Coroa para a Província do Amazonas, na medida em que as autoridades imperiais acreditavam ser a educação missionária responsável por preparar os indígenas para o trabalho. Tratava-se, portanto, de parte importante de um conjunto de ações realizadas junto aos indígenas, que incluíam também a condecoração com títulos e patentes e o fornecimento de vestuário e instrumentos

de trabalho para aquelas etnias que estabelecessem relações amigáveis com as autoridades provinciais, conforme observamos no referido relatório.

#### 4 | A AGRICULTURA

As páginas do Relatório destinadas ao tema da agricultura propriamente dita não são muitas, uma vez que o documento deveria dar conta de todos os aspectos existentes no âmbito da administração pública provincial. Todavia, dos trechos dedicados especificamente àquela prática, podemos fazer algumas inferências bastante significativas e reveladoras da forma como Tenreiro Aranha – enquanto membro e representante das autoridades imperiais – concebia e projetava ações governamentais para o desenvolvimento da agricultura na Província do Amazonas.

A agricultura na Província do Amazonas é concebida, nas palavras de seu então presidente, numa perspectiva temporal. Em suas palavras, o passado teria sido glorioso, o presente seria a decadência e o futuro uma possibilidade para o desenvolvimento econômico e civilizacional. Sobre um passado glorioso e produtivos, temos o seguinte:

Quando esta Província era Capitania, sob a direção de habéis Governadores, a sua população crescente ao mesmo tempo ia-se melhorando com o exemplo e a applicação de colonos vindos de Portugal, que, unindo-se por laços conjugaes ás íncolas do paiz, fizerão aparecer essa nova, e póde-se dizer, branca gente mameluca, que se distinguia das hordas selvaticas pela côr, e pela applicação á agricultura e ás artes fabriz, cujas manufacturas primorosas attestavão o estado de sua industria e civilisação (ARANHA, 1852, p. 31).

Como podemos observar, Tenreiro Aranha mais uma vez evoca o argumento racial para se referir ao ideal de civilidade, representado pelos brancos portugueses, que misturariam o seu sangue com as nativas e desta mistura surgiria “branca gente mameluca”, diferentes das demais populações indígenas, compreendidas como “hordas”, termo utilizado nesta e em outras passagens para se referir ao estado de selvageria daqueles sujeitos.

O trecho acima também é significativo porque associa a ideia de civilização à agricultura e às “artes fabriz”, elencadas como elementos definidor e diferenciador dos “civilizados”, em detrimento dos “selvagens”. Esta é, pois, a tônica que vai assumir o discurso das autoridades provinciais quando da comparação entre a agricultura e o extrativismo, tratando este como uma prática selvagem em relação à civilidade que a agricultura representaria. Dito isto, o autor segue o seu relatório, destacando aquilo que havia enquanto principais produtos agrícolas outrora cultivados. No trecho, temos: “O algodão, o anil, o café, a mandioca e o tabaco teve cultura tal que dava para o uso e consumo e sobrava para a exportação em grande quantidade”

(ARANHA, 1852, p. 31). A leitura destas linhas nos levam a pensar que a então Capitania - e posterior Comarca – teria sido, de fato, uma grande produtora agrícola e exportadora. Esta ideia, todavia, não encontra respaldo na documentação existente e nem na historiografia acerca da região antes da década de 1850.

Ao analisar as fortunas no ao qual faz referência Tenreiro Aranha - diga-se as últimas décadas do século XVIII e primeira metade do século XIX, apesar de registrarmos uma certa imprecisão da parte daquela autoridade provincial quando evoca o passado - Patrícia Sampaio afirma:

Verifica-se que, aproximadamente desde finais do século XVIII, as atividades econômicas realizavam-se a partir de uma estreita combinação entre agricultura de alimentos e coleta de produtos extrativos, dentro de uma economia caracterizada pela predominância de pequenas e médias unidades de produção com escassa mão-de-obra, produzindo para o mercado interno e/ou para subsistência (SAMPAIO, 2002, p. 53).

Como podemos constatar, as informações existentes vão de encontro àquilo que afirmara Tenreiro Aranha acerca da abundância que outrora havia existido no território agora transformado em província. Refletindo acerca das possíveis razões que o levaram a “carregar nas tintas”, ponderamos sobre duas situações que poderiam estar por traz daquela afirmação. A primeira delas diz respeito à histórica exploração das chamadas “drogas do sertão”, quando o “Cabo do Norte” passou a integrar a economia colonial portuguesa ainda no século XVII através do fornecimento de castanha, cacau, baunilha, salsaparrilha, ervas aromáticas e outros produtos oriundos do extrativismo. Certamente, a memória destes tempos de abundância ainda permeava a narrativa daqueles homens que estavam à frente da administração provincial, memória esta evocada especialmente para justificar a implementação de políticas públicas e angariar recursos financeiros para a província.

Além das “drogas do sertão”, também a agricultura a ser implementada deveria receber investimentos da Coroa, o que nos leva ao segundo ponto das motivações de Tenreiro Aranha ao exagerar acerca da capacidade produtiva da região. Nisto, a autoridade provincial estaria a mostrar que os recursos financeiros investidos em políticas públicas para a agricultura teriam um retorno garantido. Daí, falar num passado de sucesso, em contraponto a um presente de escassez, conforme o trecho a seguir:

Agora o caffè, a mandioca, o anil mal chegam para o consumo, e todos os outros generos e artefactos, á falta de cultura, tem desaparecido, e a população, dividida em bandos, todos os annos vai para as grandes praias, com excessos bachanaes, fazer a destruição dos ovos de tartarugas e o fabrico de manteigas, ou para as matas, por entre os maiores riscos e privações exthair, os productos expontaneos da terra, de sorte que nisso gastão os indigenas e trabalhadores quasi metade do anno; e tudo quanto tiram e destroem he para os chamados regatões das feitorias, a troco de aguardente, com que os regalão, e de uma calça e camisa de riscado

caseiro, sendo a depravação dos costumes todo o ganho que lhe toca, pela perda do tempo e do trabalho, que, a ser bem aproveitado na agricultura, ou ainda nestas extracções com regularidade, podia produzir muitos interesses (...) (ARANHA, 1852, p. 32)

Apesar de longa a citação, ela é reveladora da situação na qual se achava a agricultura na Província do Amazonas. Podemos observar a ênfase que João Baptista Tenreiro Aranha acaba dando ao emprego da mão-de-obra existente, alegando que esta estaria sendo empregada de maneira não adequada no extrativismo. Observemos que o que está sendo criticado não é o extrativismo em si – entendido que o trabalho poderia ser “bem aproveitado” também nas “extracções – mas as práticas extrativistas comuns entre a população provincial. Após estas palavras, o texto segue nos seguintes termos?

Nesse estado lamentavel em que achei esta terra e gente, certamente digna de melhor sorte, já dei algumas providencias para o estabelecimento d’agricultura (...) mas a falta de homens adestrados e afeitos á cultura da terra (...) por melhores que sejam os meus desejos, e ainda mesmo os dos aprendizes, pouco ou nada poderá se conseguir na necessidade urgente em que de tudo isso a Província está (ARANHA, 1852, p. 32).

Ao relatar o “estado lamentavel” no qual se encontrava a Província do Amazonas, Tenreiro Aranha mais uma vez evoca a questão da mão-de-obra, alegando a inexistência de trabalhadores aptos às atividades agrícolas. Como já afirmamos anteriormente, a situação do país em meados do século XIX não era das mais favoráveis em relação à disponibilidade da mão-de-obra. Com uma economia eminentemente agrícola e de base escravista, o Império do Brasil se via pressionado pela Inglaterra a acabar com o tráfico de escravos e, conseqüentemente, caminhar para o fim da escravidão.

Na Província do Amazonas – por suas características – o trabalho escravo era inexpressivo em relação ao “Sul”, mas também aqui as autoridades imperiais não encontravam uma solução viável para a ampliação da agricultura e conseqüente integração regional à economia agrícola nacional. A solução não apenas para a escassez de mão-de-obra qualificada na nova província, mas também para a agricultura e o povoamento provinciais, é oferecida por Tenreiro Aranha, quando afirma o seguinte:

Ainda na Côrte, quando tive a honra de ser nomeado para vir fundar esta Provincia, por informações que tinha desse estado de cousas, tive o cuidado de propôr a medida, que me parecia, e parece cada vez mais precisa, para se ir restabelecendo aquillo que por costumes e habitos seguidos se acham taõ contrariado: essa medida salvadora he certamente a creação de um nucleo de colonisação agricola e fabril, que sirva de incentivo e norma aos serviços ruraes e mechanicos, á que os habitantes desta Provincia se devem dar (ARANHA, 1852, p. 32).

Conforme já havíamos tratado anteriormente, a ideia de instalação de colônias agrícolas na Amazônia foi uma constante nas falas das autoridades ligadas a esta região. Se na Província do Pará estas iniciativas parecem ter sido mais efetivas (NUNES, 2008), na Província do Amazonas a implantação destes núcleos coloniais parece não ter tido grande sucesso, conforme o exemplo da Colônia Maracujá, implementada na década de 1870 pelo Barão de Maracujá (BARBOZA, 2016). O projeto das colônias agrícolas constituía, pois, uma possibilidade. Seria algo que estaria naquilo que chamaríamos de horizonte de expectativas em relação ao desenvolvimento agrícola na Província do Amazonas, assim como os demais empreendimentos que deveriam servir ao desenvolvimento provincial.

Se num passado teria havido, nas palavras de João Baptista Tenreiro Aranha, uma agricultura cuja produção era abundante para os moradores da região – tanto que o excedente produzido teria sido exportado – aqueles idos dias do ano de 1852 assistiam a uma decadência agrícola. Apesar de parecer estar estarecido com a situação na qual a agricultura provincial se encontrava naquele momento, o presidente da província não apontou culpados. Ao invés disto, lançou para o futuro aqueles projetos que considerava fundamentais para reaver a antiga glória produtiva daquela parte da Amazônia.

Se a região possuía um passado glorioso no que tange à produção agrícola, a decadência na qual se encontrava poderia e deveria ser superada, através de planejamento e implementação de ações governamentais capazes de solucionar o problema da agricultura provincial. A educação para o trabalho, a imigração e a implantação de colônias agrícolas eram as soluções possíveis e viáveis para o uso da terra e conseqüente desenvolvimento econômico e civilizacional da Província do Amazonas.

## 5 | IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Na vastidão da “Grande Floresta”, naquelas regiões desconhecidas e muitas das vezes habitadas por grupos indígenas hostis ao processo de colonização, as autoridades administrativas encontraram como alternativa a instalação das chamadas colônias agrícolas, especialmente as de natureza militar.

Nas palavras de Tenreiro Aranha, temos o seguinte: “(...) já para que a população indígena e as terras férteis e os vastos campos por lá sejam aproveitados com melhoramentos rurais, e já para que o comércio e a comunicação, que se pôde entreter e argumentar consideravelmente com os vizinhos (...)” (ARANHA, 1852, p. 24). As duas principais motivações eram (a) o aproveitamento das populações nativas e mestiças da província para o trabalho e das terras férteis para a implantação da agricultura e potencialização do extrativismo e (b) o desenvolvimento do comércio e

da comunicação entre as várias partes da província.

Para as colônias militares, o presidente da província define aquele que deveria ser o colono ideal, quando afirma que “he indispensavel que estes homens sejam dados a agricultura, e a outros serviços ruraes, e a officios mechanicos taõ preciosos, e que vaõ em numero sufficiente para se poderem repartir por elles os differentes serviços, que logo á commeçar precisa a Colônia (...)” (ARANHA, 1852, p. 29). Trata-se, portanto, de se escolher homens que fossem capazes de praticar a agricultura e realizar as outras atividades inerentes ao cultivo da terra, bem como os ofícios mecânicos necessários ao provimento das condições materiais para a vida na floresta, condições materiais estas que deveriam ser promovidas através do extrativismo.

Ao lado das colônias militares, também há uma preocupação em trazer para a província colonos não militares, tais quais os colonos estrangeiros e/ou de outras regiões do Império, de acordo com as especificidades geográficas e climáticas da vasta província. Sobre os estrangeiros, Tenreiro Aranha escreve o seguinte:

Para a Colonia do Rio Madeira devem vir Alemães ou outros estrangeiros engajados de boa nota e dados á agricultura e á outros serviços ruraes, porque no lugar destinado (...) acharão elles temperatura de clima agradavel em terras altas, com sombrias matas, e águas doces copiosas, quer dos rios, quer das chuvas, que concorrem para que as mesmas terras sejam, como são, tão productivas (ARANHA, 1852, p. 30).

Em outro trecho do relatório, Tenreiro Aranha afirma serem colonos nacionais também propícios a povoar uma outra parte da Província do Amazonas. O autor afirma:

E para a colonia do Rio Branco devem vir de preferencia os naturaes do Rio Grande do Sul e de Minas Geraes, com as qualidades precisas para melhorarem as raças, até dos gados, de sorte que os indigenas com elles adestrados tirem os proveitos destas vastas campinas e altas serranias em o clima tão agradavel, em que lá podem viver e formar povoações (ARANHA, 1852, p. 30).

Interessante notar neste trecho a menção à ideia de um “melhoramento racial” não apenas em relação aos humanos, mas também em relação aos “gados”. No que tange à questão racial no Brasil do século XIX, havemos de considerar a década de 1870 como marco para as ideias sobre raça como fator de construção da nação (SCHWARCZ, 1993), o que por si só poderia nos questionar o que teria motivado Tenreiro Aranha a abordar a questão racial já na década de 1850. Todavia, este não é nosso objetivo neste texto.

Por outro lado, havemos de levar em consideração aquilo que nos informa a fonte acerca da possibilidade dos colonos sul-rio-grandenses e mineiros promoverem um “melhoramento” nos “gados”. Sabe-se que as Províncias de Minas Gerais e do

Rio Grande do Sul desempenhavam um importante papel enquanto criadores de gado, no século XIX, o que lhes renderia uma larga experiência no trato com os rebanhos. Ora, a região banhada pelo Rio Branco se construiu historicamente a partir da construção das fazendas reais e, depois, particulares, aplicadas principalmente à criação de gado, a partir da década de 1830 e se por todo o século XIX (SANTOS, 2018). Daí fazer sentido para João Baptista Tenreiro Aranha que fossem enviados para as bandas do Rio Branco aquelas pessoas advindas das outras Províncias onde já havia o estabelecimento criatório. Talvez o presidente esperasse que os colonos sul-rio-grandenses e mineiros pudessem “melhorar” os rebanhos bovinos pré-existentes na região.

## 6 | A NAVEGAÇÃO FLUVIAL

“Em uma região onde a navegação fluvial sempre foi o principal meio de transporte, a história deve ser inicialmente pensada como história de seus diferentes rios e bacias hidrográficas, porque foi por essas vias aquáticas que a colonização penetrou na Amazônia” (LEONARDI, 1999, p. 15). Esta é, pois, a afirmação de um historiador que toma como ponto de referência para a sua análise historiográfica da região amazônica os rios, tecendo um texto que dar conta da intrínseca relação entre “os historiadores e os rios” na Amazônia. O autor chama a atenção para a importância da navegação fluvial para a construção destes processos históricos, uma vez que há uma abundância de rios navegáveis, em contraponto à uma densa e hostil floresta. Estes teriam sido os principais fatores que teriam constituído os rios da Amazônia como as principais e, em muitos casos, únicas vias pelas quais eram (e ainda são) transportadas mercadorias e pessoas.

As rarefeitas notas biográficas que buscam dar conta da atuação política de João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha atestam para dois projetos políticos principais. O primeiro deles diz respeito à emancipação da então Comarca do Rio Negro desde a década de 1820, que se tornaria a Província do Amazonas apenas em 1850. O outro projeto ao qual Tenreiro Aranha se dedicou foi a questão da navegação fluvial pelos rios da Amazônia, considerada por ele e por muitos um fator determinante para o desenvolvimento da região.

Sendo um político paraense bastante influente na Corte (SANTOS, 2016, p. 34) e tendo “raízes de uma família amazonense de Barcelos” (BRAGA, 2016, p. 39), Tenreiro Aranha era conhecedor da região e certamente enxergara a possibilidade de ascensão política ao defender importantes pautas regionais, a exemplo da navegação fluvial, bem como a criação da Província do Amazonas. Tanto que se tornou relator de projeto de lei discutido na Assembleia Provincial do Pará em 1828 e em 1837, cujo objetivo principal era regular a exploração da navegação a vapor

nos rios da Amazônia.

Sobre a fluvial, Tenreiro Aranha chama a atenção em seu relatório para o fato de serem os rios da região amazônica a principal via de comunicação entre aqueles rincões e os centros urbanos regionais e nacionais, bem como entre os países vizinhos e tantos outros que possuíam interesse em adentrar a Amazônia a partir dos rios, especialmente os Estados Unidos. A navegação fluvial, segundo Tenreiro Aranha, iria possibilitar o fluxo de pessoas (missionários, indígenas e colonos) e também as atividades comerciais, tanto dos produtos agrícolas e pecuários quanto das “drogas do sertão”. Estando, naquele momento, em um “estado penível”, a navegação fluvial careceria de uma atenção especial das autoridades imperiais, seja em relação à regulação, seja em relação à melhoria técnica – nisto, o presidente faz uma enfática defesa da implantação da navegação à vapor.

Havemos de considerar a preocupação com as relações entre os países fronteiriços. Nisto, Tenreiro Aranha chama a atenção para o fato de que os rios constituíam um importante elo entre aquelas nações: o Rio Madeira, com a Bolívia; o Rio Japurá, com o Equador e a Nova Granada; o Rio Negro, com a Venezuela e; o Rio Branco com as Guianas.

Também há um destaque daquela autoridade provincial para alguns outros rios importantes, que eram “pouco conhecidos”, a exemplo dos Rios Abacaxi, Purus, Juruá, Jutai, Içá. Para estes rios, seriam montadas importantes expedições chefiadas por engenheiros que, ao longo da segunda metade do século XIX, se dedicaria ao (re)conhecimento daqueles rios até então não mapeados (PEREIRA, 2008, p. 61). Tratava-se, portanto, de se buscar conhecer a região com o objetivo de dominar e “desenvolver” o potencial produtivo, tanto agrícola quanto extrativista.

Sem lograr êxito nas tentativas anteriores de implantação da navegação fluvial pelos rios da Amazônia, restava agora a Tenreiro Aranha ponderar – em seu relatório – a necessidade de se abrir a bacia hidrográfica amazônica para aquela que viria a ser, em conjunto com a agricultura, o comércio e a mineração, uma “fonte de riquezas” para a Província do Amazonas.

## 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As palavras de João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha, postas em seu relatório e legada aos seus sucessores, vão se constituir como uma espécie de projeção para o futuro. Mais que informações sobre o estado em que se encontrava a província, o relatório vai se constituir numa espécie de “carta de intenções”, onde estão alocadas as expectativas em relação às possibilidades de desenvolvimento da Província do Amazonas. O que fazer e como se ser feito, com vistas em tornar

“grande” a província, acabariam por dar a tônica do discurso presidencial. A “civilização dos indígenas”, a colonização e imigração, a navegação fluvial e principalmente a agricultura seriam importantes meios para se alcançar o desenvolvimento regional. Estas ações dariam sentido à atuação das autoridades provinciais, que se empenhariam em operacionalizar o projeto de desenvolvimento regional auspiciado pela Coroa.

As afirmações de João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha acabam por constituírem muito mais um “vir a ser” para a ação política provincial, na medida em que estes tópicos e temas vão estar presentes na documentação oficial da presidência da Província do Amazonas, ao longo de sua existência, tanto como projeto político quanto como política pública implementada. Destas, a navegação fluvial talvez tenha sido a que logrou maior êxito, ao passo que as demais continuaram (e continuam) apenas como ideias para desenvolver e “civilizar” a Amazônia... mas isto é tema para outra ocasião.

## REFERÊNCIAS

ARANHA, João Baptista de Figueiredo. **Relatório de Presidente da Província do Amazonas, 1852**. Disponível em: <[http://ddsnext.crl.edu/titles/164?terms&item\\_id=2842](http://ddsnext.crl.edu/titles/164?terms&item_id=2842)>. Acesso em: 21 nov. 2018.

BARBOZA, Edson Holanda Lima. **Retirantes cearenses na Província do Amazonas: colonização, trabalho e conflitos (1877 – 1879)**. Revista Brasileira de História. São Paulo, 2016.

BRAGA, Bruno Miranda. **OS ÍNDIOS, A CATEQUESE E A CIVILIZAÇÃO NO AMAZONAS (1845 – 1898)**: entre o fracasso e a resistência. Revista Muiraquitã - UFAC, v. 4, n. 1, pp. 39-47. 2016. Disponível em: <<http://revistas.ufac.br/revista/index.php/mui/article/view/729>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

BRAGA, Pedro Henrique Maia. **O CLIMA DO AMAZONAS**: uma interpretação dos discursos de administradores provinciais (1850 – 1852). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Paraíba – UFPB. João Pessoa – PB, 2015.

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia Brasileira**. Brasília: Ed. UnB, 1999.

NUNES, Francivaldo Alves. **A SEMENTE DA COLONIZAÇÃO**: Um estudo sobre a Colônia Agrícola de Benevides (Pará, 1870 – 1889). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém – PA, 2008.

PEREIRA, Nasthya Cristina Garcia. **RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA**: o discurso político sobre agricultura e extrativismo na Província do Amazonas (1852-1889). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Manaus – AM, 2008.

SAMPAIO, Patrícia Melo. **Nas teias da fortuna**: acumulação mercantil e escravidão em Manaus, século XIX. MNEME – Revista de humanidades. v. 3, n. 6, out./nov. 2002, pp. 49-70. Disponível em: <<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme>>. Acesso em: 23 nov. 2018.

SANTOS, Bernardo Farias dos. **ARQUIVO PÚBLICO DO AMAZONAS**: uma trajetória de memórias, esquecimentos e descasos (1852 – 1999). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-

Graduação em História. Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Manaus – AM, 2016.

SANTOS, Maria José dos. **Arranjos, Lei e Consolidação do Império**: Aplicação da Lei de Terras e Apropriação das Fazendas Nacionais do Rio Branco (1830 -1880). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Pará – UFPA. Belém – AM, 2018.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Administração 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 31, 33, 41, 43, 71, 73, 75, 76, 84, 93, 99, 102, 103, 108, 117, 121, 122, 140, 142, 144, 156, 166, 167, 173, 227, 240, 245, 300, 325  
Águas medicinais 308, 309, 310, 311, 323  
Amazônia 4, 44, 73, 78, 80, 81, 82, 100, 101, 242, 245, 249, 267, 269, 270, 272, 275, 280  
Armada brasileira 127  
Arthur bernardes 174, 175, 176, 177, 179, 180, 182, 183, 184  
Assistência materno-infantil 161

### B

Biografia 185, 189, 190, 191, 192, 193, 267, 279

### C

Ciência agronômica 99  
Cinema 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294  
Companhia das índias ocidentais 14, 15, 25  
Companhia geral do grão-Pará e Maranhão 31, 32, 44, 45  
Conflitos 5, 6, 7, 10, 18, 24, 46, 51, 53, 54, 82, 156, 157, 159, 213, 235, 242, 250, 268, 270, 289, 295, 296, 298, 304  
Conselho geral de província 60, 62, 63, 69  
Crítica 52, 53, 110, 112, 193, 203, 216, 250, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 263, 264, 265, 266, 277, 289  
Cronistas brasileiros 195, 204  
Cultura marítima 127

### D

Debates ferroviários 114, 118  
Direitos humanos 58, 176, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 274, 275, 278, 279, 280, 292  
Ditadura civil-militar 221, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 234, 235, 236, 240, 242, 247, 248, 285, 296, 301  
Drogas do sertão 31, 32, 41, 44, 76, 81

### E

Elites políticas 71, 185  
Empresários 123, 125, 186, 238, 242, 243, 246, 249, 250, 288  
Engenharia e Política 114  
Escravidão indígena 1, 8  
Estado de sítio 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184  
Estudos de gênero 59, 281

## F

Feminismo 59, 267, 270, 271, 272, 279

Força pública 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 159, 160

## G

Grupos de esquerda 210, 217

Guerra do Paraguai 84, 88, 89, 91, 96, 97, 98, 129, 137

## H

História oral 185, 188, 189, 191, 193, 278, 279, 280, 297, 307, 308, 309, 322, 323

## I

Império do Brasil 70, 77, 84, 85, 86, 96, 108

Imprensa 12, 29, 45, 48, 54, 58, 84, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 138, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 150, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 189, 209, 245, 249, 251, 254, 260, 268, 294

## J

Jornal Correio 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146

Juventude operária 210, 211, 212, 213, 214, 215, 221, 222, 223

## L

Literatura 14, 15, 46, 48, 49, 50, 56, 57, 87, 150, 151, 175, 195, 205, 252, 253, 255, 259, 264, 265, 289

Literatura de viagens 46

## M

Maçonaria 224, 225, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237

Marinha brasileira 127, 130, 133

Memória social 308, 309, 323

Militarização 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 158

Movimento social 295, 296, 297, 300

Mulheres viajantes 46, 47, 48, 50, 56, 57, 59

Música 25, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 220

## N

Narrativas 35, 46, 47, 50, 52, 53, 57, 59, 138, 141, 142, 191, 241, 261, 278, 281, 309

## P

Paulo Emílio Salles Gomes 252, 253, 259

Pirataria 14, 15, 16, 17, 18, 25, 29, 227

Política 33, 45, 60, 61, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 80, 82, 84, 86, 87, 88, 89, 98, 106, 111, 112, 114, 115, 121, 122, 124, 125, 126, 138, 141, 142, 143, 149, 151, 153, 154, 159, 160, 161, 164, 166, 174, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 202,

204, 210, 211, 215, 217, 218, 223, 224, 226, 227, 228, 231, 234, 235, 236, 239, 242, 245, 246, 248,  
249, 250, 259, 267, 268, 270, 271, 272, 273, 275, 277, 278, 281, 286, 287, 288, 290, 294, 297, 325  
Posse de terras 298, 299, 300, 304, 306  
Primeira república 126, 127, 148, 149, 150, 153, 154, 158, 159, 161, 162, 165, 171, 172, 174,  
175, 176, 178, 180, 182, 183, 193, 197  
Província do Amazonas 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82

## S

Saúde pública 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 321  
Sexicomedias 281, 282  
Sociedade agrícola 99, 100, 101, 103, 104, 111

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**